



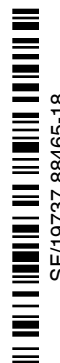
SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Major Olimpio

PROJETO DE LEI Nº

DE 2019

Altera os arts. 157 e 180, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.



SF/19737.88465-18

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 157 e 180, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir causa de aumento de pena para o roubo de transporte de cargas, bem como aumentar a pena do crime de receptação.

Art. 2º O inciso III, do §2º, do art. 157, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 157.

.....

§ 2º.

.....

III – se a vítima está em serviço de transporte de valores ou cargas.

.....” (NR)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Major Olimpio

Art. 3º O art. 180, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 180.

Pena – reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos e multa.

§1º

Pena – reclusão de 5 (cinco) a 10 (dez) anos e multa.

.....” (NR)

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A legislação brasileira está repleta de omissões e lacunas que impossibilitam e limitam a atuação das Polícias, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Dentre essas lacunas citamos o exemplo do roubo de cargas que a lei não contempla com causa de aumento de pena, como faz para o transporte de valores.

Com o crescente número de registros de casos de roubo e receptação de cargas nos últimos anos, se faz necessária maior rigidez do ordenamento jurídico brasileiro no que tange à punição aos criminosos que praticam tais atos, fechando todas as lacunas da lei, para dessa forma evitar a impunidade.

No ano de 2018 o Brasil registrou 22 mil roubos de carga, com um prejuízo estimado em R\$ 2 bilhões.



SF/19737.88465-18



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Major Olimpio

O aperfeiçoamento do art. 157 do Código Penal, acrescentando na causa de aumento do delito de roubo, quando cometido contra quem realiza serviço de transporte de carga, é medida urgente e necessária, pois só através de punições mais rígidas iremos coibir a prática desses crimes.

Todos que lidam com a questão do crime e da criminalidade sabem da proximidade que existe entre autores do crime contra o patrimônio com a atividade ilícita de receptação, considerada como o resultado final. Sem o receptador, estar-se-ia, na verdade, retirando-se a possibilidade do incremento do crime de furto, roubo, quer na sua forma mais simples, como na forma qualificada.

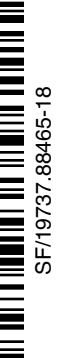
Ademais, sabe-se da dificuldade, na fase investigatória de ligar-se o receptador ao real autor do delito. Trata-se, portanto, a receptação, de um crime que precisa ser apenado com bastante rigor, especialmente quando temos visto, nos últimos tempos, a receptação vinculada aos crimes envolvendo ROUBO/FURTO DE CARGAS, ROUBO/FURTO DE VEÍCULOS, constituindo, sim, um elo importante na cadeia do crime organizado.

A sugestão de endurecer o apenamento, tem o propósito de compor um conjunto de novas situações para prevenção criminal, pois o receptador, sabendo que seu ato irá acarretar a aplicação de uma pena maior.

Temos a certeza que os nobres pares saberão apoiar esta iniciativa, para que tenhamos um ordenamento jurídico mais eficaz no combate aos roubos de cargas.

Sala das Sessões, em de de 2019

Senador MAJOR OLIMPIO
PSL/SP



SF/19737.88465-18